



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 011/2022 - PPP PARA EQUIPAGEM E SERVIÇOS DE BATA BRANCA E BATA CINZA DO HOSPITAL DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA - HEURO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0036.095501/2022-72

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

OBJETO: Parceria Público-Privada na modalidade concessão administrativa para equipagem e prestação de serviços de bata branca e bata cinza do hospital de urgências e emergências de Rondônia - HEURO, mediante critério de MENOR PREÇO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à futura CONCESSIONÁRIA.

Trata o presente de resposta ao Pedido de Esclarecimento encaminhado eletronicamente por empresa interessada a esta Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, que o submeteu à unidade gestora para análise e manifestação, visto que se trata de assunto de ordem técnica e/ou de execução do contrato, relativo ao Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2022/CEL/SUPEL/RO, a qual se manifestou nos seguintes termos:

I - DOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS E MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE GESTORA:

I.I - QUESTIONAMENTO 01

A) EDITAL DE CONCESSÃO

2.3.1.b. O item 2.3.1.b do Edital se refere à possibilidade de cada consorciada contribuir na composição do patrimônio líquido do Consórcio na proporção de sua participação, com a "finalidade de compor o valor total do patrimônio líquido mínimo exigido no Edital". No entanto, não verificamos em nenhum outro item do Edital ou de seus anexos qualquer referência a uma exigência de patrimônio líquido mínimo a ser apresentado pelos Licitantes, sejam Licitantes individuais, sejam Licitantes organizados em consórcio.

Assim, estamos entendendo que, apesar do previsto no item 2.3.1.b do Edital, não há qualquer exigência de patrimônio líquido mínimo para a qualificação econômico-financeira de Licitante. Logo, não é cabível a exigência de qualquer documentação adicional referente ao patrimônio líquido para compor o ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, tampouco sendo cabível a avaliação do patrimônio líquido pela CEL como uma das condições de habilitação de Licitante.

Nosso entendimento está correto? Se sim, sugerimos a supressão do item 2.3.1.b do Edital.

Manifestação da Unidade Gestora: O entendimento está correto. Pode-se promover a supressão do item.

B) MINUTA DE CONTRATO (ANEXO I)

17.2.1. A Cláusula 17.2 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "caberá ao PODER CONCEDENTE contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e arcar com os custos oriundos da contratação". Por sua vez, a Cláusula 17.2.1 da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "o PODER CONCEDENTE poderá indicar o VERIFICADOR INDEPENDENTE como beneficiário da GARANTIA estabelecida pelo CONTRATO DE CONTA-GARANTIA, previsto na cláusula Vigésima Sexta deste CONTRATO". Essa previsão conflita com o disposto na Cláusula 25.8 da Minuta de Contrato, que estabelece que "o SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não poderá ser utilizado para qualquer outra finalidade, tampouco ser dado em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza".

Sendo assim, estamos entendendo que, sendo a CONTA-GARANTIA um instrumento para garantia de que os pagamentos devidos à Concessionária serão efetuados e que a remuneração do Verificador Independente é obrigação exclusiva do Poder Concedente, a indicação do Verificador Independente como beneficiário da Garantia constante do Contrato de Conta-Garantia depende de expressa, prévia e específica anuência da Concessionária, não valendo a Cláusula 17.2.1 da Minuta de Contrato como uma anuência geral. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto o entendimento.

20.10. A Cláusula 20.10 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da CONCESSIONÁRIA deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos extraordinários, que não decorram diretamente da sua eficiência empresarial, propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como ganhos de produtividade ou redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA".

Considerando que os procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato voltam-se à avaliação de eventos concretos que possam ter abalado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, estamos entendendo que os eventuais ganhos econômicos extraordinários a que se refere o item 20.10 são apenas aqueles associados ao evento de desequilíbrio que ensejou a respectiva recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Em caso de alteração do equilíbrio econômico-financeiro, fica assegurado à CONCESSIONÁRIA requerer o reequilíbrio contratual, observadas as hipóteses previstas na lei e no contrato.

21.1. A Cláusula 21.1 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos neste CONTRATO, este poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a elaboração do projeto básico dos serviços".

Estamos entendendo que os custos com a elaboração do projeto básico dos serviços solicitados pelo Poder Concedente ou outros estudos que se façam necessários, seja na hipótese de sua efetiva implementação ou não, serão objeto de compensação em favor da CONCESSIONÁRIA. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O tema é tratado pela Cláusula 21.1.1 da minuta de contrato.

40.1. e 40.4. A Cláusula 40.1 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "se quaisquer

disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza surgirem entre as PARTES, estas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o conflito amigavelmente". A Cláusula 40.4 da Minuta de Contrato indica, ainda, que "no caso de as PARTES falharem em chegar a um consenso, nos termos acima, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma PARTE à outra, o Conflito será submetido à Mesa de Resolução de Conflitos criada para esta finalidade".

Considerando o direito constitucionalmente garantido de acesso ao judiciário (art. 5º, XXXV), estamos entendendo que não há qualquer exigência de prévia submissão de disputas à tentativa de solução amigável, dado a inconstitucionalidade de previsão nesse sentido, sendo as disposições do Contrato indicadas meras faculdades às partes. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Não, não está correto.

A participação na licitação determina a adesão a todos os seus termos. O mecanismo de resolução endocontratual de conflitos integra a pactuação formalizada entre Poder Concedente e futuro contratado, sendo exigível, portanto, por ambas as partes.

I.II - QUESTIONAMENTO 02:

A) CONTRATO

20.11. A Cláusula 20.11 da Minuta de Contrato (Anexo 1) define que "a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá importar efeito retroativo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação do pleito ou da comunicação".

Dada a possibilidade de eventos de desequilíbrio tornarem-se conhecidos das partes após mais de 180 dias desde o início de seus impactos sobre a Concessão, estamos considerando que, para essas hipóteses, o prazo de 180 dias a que se refere o item 20.11 da Minuta de Contrato se inicia a partir do conhecimento, por qualquer das partes, sobre o evento ensejador do desequilíbrio, sendo a parte que tomou conhecimento de tal circunstância obrigada a comunicá-lo à outra parte. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, o entendimento está correto.

20.12.a) A Cláusula 20.12. a) da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE Notificação de Solicitação de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar conhecimento da ocorrência da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro".

Considerando que a referida disposição contratual não estabelece uma consequência prática para a apresentação da Notificação de Solicitação de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro após os 15 dias iniciais após conhecimento da ocorrência da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e que não se mostra razoável uma suposição de prazo extintivo de direito em 15 dias desde o conhecimento de sua existência, estamos entendendo que o prazo de 15 (quinze) dias previsto na Cláusula 20.12. a) da Minuta de Contrato não é vinculante nem peremptório para o direito da Concessionária, sendo, em verdade, uma definição de procedimento para melhor condução do processo administrativo de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Entende-se que o prazo é vinculante e deverá ser observado pela Concessionária, conforme estabelecido em Edital. A concessionária deve atentar-se, ademais, aos demais prazos pertinentes ao procedimento de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, especialmente nas cláusulas 20.11; 20.13 e 20.14.

A partir das disposições presentes no Contrato de Concessão, no Edital e no Anexo II ao Edital - Caderno de Encargos, estamos entendendo o seguinte em relação (a) ao momento de emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e (b) ao momento em que deverá ocorrer o primeiro pagamento do VCM por parte do PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA:

Que a primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser expedida, após a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, quando cumpridas de forma cumulativa as seguintes condições:

- (i) Constituição das garantias pelo ESTADO em favor da CONCESSIONÁRIA, o que deve ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO (item 12.1 do Edital);
- (ii) Assinatura pelo ESTADO e pela CONCESSIONÁRIA, em conjunto com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, do CONTRATO DE CONTA GARANTIA (item 12.2 do Edital);
- (iii) Disponibilização física da parcela do imóvel-sede do HEURO referente à primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS pela construtora contratada no âmbito do Contrato nº 0007/SESAU/PGE/2022 ao PODER CONCEDENTE (etapa necessária para a cláusula 5.1.a do Contrato); e
- (iv) Disponibilização física da parcela do imóvel-sede do HEURO referente à primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA (cláusula 5.1.a do Contrato).

Não há definição específica nem no Edital nem no Contrato do que significa o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO mencionado no item 14.3 do Contrato. Assim, estamos entendendo que esse TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO constitui o documento que será firmado entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA para formalizar o item (iv) acima, correspondente à disponibilização física da parcela do imóvel-sede do HEURO referente à primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Cumpridas as 4 condições acima, o PODER CONCEDENTE deverá emitir a primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, na forma da Cláusula 5.1.a do Contrato em um prazo de até 5 (cinco) dias.

Emitida a primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, será iniciada a primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Diante desses fatos, estamos entendendo que a emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS constitui o marco inicial para o início do prazo disposto na Figura 1.2 do Anexo II ao Edital - Caderno de Encargos (em sua pág. 14), iniciando o prazo previsto de até 12 (doze) meses previsto para a Concessionária executar o CAPEX do HEURO do Módulo 1, correspondente à primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Ademais, a partir da emissão da primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA também terá um prazo de até 60 (sessenta) dias para entregar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS referente à primeira ETAPA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme previsto na Cláusula 4.3 do Contrato. Na sequência de sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE terá um prazo de até 15 dias para sua aprovação, com a falta de manifestação implicando em anuência, conforme Cláusula 4.6 do Contrato de Concessão. Esse PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS referente à primeira etapa deverá observar o disposto no Anexo II - Caderno de Encargos, inclusive quando aos seus prazos, prevendo a operacionalização do Módulo 1 no prazo assinalado de até 12 (doze) meses contados da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

Por sua vez, o pagamento do primeiro VCM à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE deverá ocorrer quando cumpridas as seguintes condições, de forma cumulativa:

- (i) Expedição da primeira ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS (cláusula 14.2 do Contrato);
- (ii) O decurso de 30 dias a partir do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (cláusula 14.3.2 do Contrato), entendido esse TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO como o instrumento que formaliza a disponibilização pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da parcela física do imóvel referente à primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, na forma da cláusula 5.1.a do Contrato;
- (iii) Que o espaço disponibilizado no HEURO à CONCESSIONÁRIA esteja em condições

operacionais de uso (cláusula 14.3.2 do Contrato, parte inicial), com a expressão “condições operacionais de uso” sendo entendida como a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para a ocupação e uso do imóvel, nos termos da lei e do CONTRATO (item 14.3.3);

(iv) Aprovação pelo PODER CONCEDENTE do PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS da primeira ETAPA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (Cláusula 14.3.2 do Contrato, parte final), que contemplará a data de início da prestação dos serviços proposta pela CONCESSIONÁRIA a partir da qual será devido o VCM; e

(v) apresentação de Nota Fiscal pela CONCESSIONÁRIA em que conste o detalhamento dos serviços prestados (Cláusula 14.3).

Cumpridas essas cinco condições, estamos entendendo que o PODER CONCEDENTE deverá realizar o pagamento do primeiro VCM, não sendo necessário o cumprimento de outras condições.

Nosso entendimento acerca do procedimento para emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e para a realização do pagamento do primeiro VCM está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: A expressão “Termo de Recebimento Provisório” refere-se ao ato administrativo de atestar a realização de serviços pelos contratados. A expressão é consagrada, especialmente em contratos de obras e serviços de engenharia, e a prática do ato gera uma dupla consequência: o contratado afirma e busca comprovar que cumpriu as obrigações pertinentes ao período avaliado, e o Poder Público passa a ter o dever de avaliar o asseverado pelo contratado no tempo e modo definidos pelo contrato. O denominado “Termo de Recebimento Definitivo”, por sua vez, refere-se ao cumprimento definitivo o objeto contratual, incluindo a recepção dos bens reversíveis pelo Poder Concedente.

O início do prazo pertinente aos encargos da concessão se dará com a emissão da primeira ordem de início dos serviços.

B) EDITAL

8.11. Considerando o disposto nos itens 8.11 e 8.11.1 do Edital, estamos entendendo que sociedades limitadas constituídas antes de 2022, que nunca tenham elaborado balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dado que, em função da inexistência do exercício efetivo de atividades econômicas, não se sujeitam a essa exigência, devem apresentar “cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE”, para atendimento às exigências de documentos relativos à qualificação econômico-financeira na forma do item 8.11 do Edital. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

C) CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO II)

Figura 1-2. Segundo a Figura 1-2 do Caderno de Encargos (Anexo II), o cronograma de entregas prevê a entrada parcial do centro cirúrgico, da UTI e do CME no prazo do módulo 1. Considerando não ser adequada a operação dos serviços em áreas em obras, entende-se que tais áreas serão disponibilizadas com a infraestrutura necessária completa. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Entendimento correto.

I.III - QUESTIONAMENTO 03:

A) EDITAL DE CONCESSÃO

6.7.c. No item 6.4.c do Edital, que se refere a um dos aspectos que deve ser considerado para propositura do VCM - Valor da Proposta Comercial, é especificado que "os ativos resultantes da execução do CONTRATO" serão revertidos ao Estado de Rondônia por ocasião do término ou extinção do Contrato. No entanto, não há definição no Edital sobre quais seriam esses "ativos resultantes da execução do CONTRATO".

Considerando que os BENS REVERSÍVEIS são definidos no item 8 da "Parte II do Edital - Glossário" como todos os "bens e infraestruturas construídos e adquiridos pela CONCESSIONÁRIA para a execução do CONTRATO e que reverterão em favor do PODER CONCEDENTE quando da sua extinção ou seu termo final", notase possível sobreposição entre esta definição e os "ativos resultantes da execução do CONTRATO" mencionados no item 6.7.c do EDITAL.

Por isso, nosso entendimento é que o Edital se refere aos BENS REVERSÍVEIS ao utilizar a expressão "ativos resultantes da execução do CONTRATO" no item 6.7.c do Edital. Nosso entendimento está correto? Caso negativo, solicitamos informar que o Edital se refere ao utilizar a expressão "ativos resultantes da execução do CONTRATO" no item 6.7.c do Edital.

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, o entendimento está correto.

13. O último parágrafo do item 13 do Edital, que não está numerado, prevê que: "Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este EDITAL ou os documentos vinculados a esta LICITAÇÃO, a LICITANTE expressamente adere ao mecanismo de resolução alternativa de conflitos previsto na MINUTA DE CONTRATO – ANEXO I deste EDITAL, elegendo, ainda, o foro da Comarca de Porto Velho, com exclusão de qualquer outro, para eventual demanda junto ao Poder Judiciário".

Não obstante, estamos entendendo que as formas previstas no EDITAL para solucionar eventuais dúvidas ou questões relacionadas à Licitação são, na via administrativa, a apresentação de pedidos de esclarecimento ao EDITAL (na forma de seu item 1.2) e a apresentação de impugnações ao EDITAL (na forma de seu item 9), bem como que o Foro para avaliar eventuais demandas judiciais relacionadas ao EDITAIS é da Comarca de Porto Velho do Tribunal de Justiça de Rondônia, não havendo pré-condições necessárias para a propositura de ação judicial. Nosso entendimento está correto?

Caso positivo, sugerimos avaliar a possibilidade de excluir o item em questão do Edital.

Manifestação da Unidade Gestora: O item deve ser compreendido como dirigido ao futuro contratado, não sendo aplicável durante a etapa da licitação.

B) MINUTA DE CONTRATO (ANEXO I)

15.5. A Cláusula 15.5 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "O cálculo do reajuste dos valores do VCM será previamente submetido à apreciação do PODER CONCEDENTE para que este verifique a sua exatidão no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Estando correto o cálculo do reajuste, deverá o PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na subcláusula acima, homologá-lo.". A Subcláusula 15.3.1 estabelece, ainda, que "O PODER CONCEDENTE apenas poderá se manifestar contrário ao reajuste do VCM se, pelo menos, forem identificadas uma das seguintes hipóteses: a) houver erro matemático no cálculo do novo valor do VCM; ou b) não houver sido completado o período para o Reajuste do VCM".

Sendo assim, estamos entendendo que, tendo a Concessionária apresentado tempestivamente o cálculo do reajuste dos valores do VCM, a ausência de manifestação do Poder Concedente no prazo definido no item 15.5 significará homologação do valor apresentado pela Concessionária. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Há a obrigatoriedade de resposta do Poder Concedente em 15 dias, seja para fins de validação e homologação do cálculo ou manifestação contrária ao referido cálculo.

17.2. O item 17.2 do Contrato de Concessão estabelece que caberá ao PODER CONCEDENTE contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e arcar com os custos da remuneração.

Assim, estamos entendendo que, em caso de ausência de contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE desde o início da operação, será atribuído o índice de desempenho máximo para o cálculo da contraprestação. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Não, o entendimento não está correto.

Quanto ao tema, deverá ser observado o item 13.4 do Edital, o qual indica que *"A fiscalização da execução do objeto desta LICITAÇÃO será efetuada por agente designado pela SESAU, permitida a contratação de terceiros, na qualidade de verificadores independentes, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO"*.

20.15. A Cláusula 20.15 da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "caso a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenha sido julgada cabível, o PODER CONCEDENTE poderá selecionar, a seu exclusivo critério, dentre uma ou mais das seguintes formas de recomposição: [...]". Sendo o desequilíbrio econômico-financeiro uma espécie de dívida contratual, estamos entendendo que seu adimplemento pode se dar por qualquer meio não vedado em lei, sendo, portanto, a lista do item 20.15 meramente exemplificativa, podendo se cogitar de outras formas de reequilíbrio não previstas expressamente em tal disposição do contrato. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Da redação da Cláusula 20.15 depreende-se que o rol é exemplificativo.

41.1. Ao dispor sobre a "Mesa de Resolução de Conflitos", a Cláusula Quadragésima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo 1) não expressa de maneira clara a natureza jurídica de tal instituto. Tratando desse tema, a Cláusula 41.2. afirma que "A mediação será realizada no Município de Porto Velho e em língua portuguesa, aplicando-se o direito brasileiro, sendo vedado o juízo por equidade." e a Cláusula 41.4 indica que "A Mesa de Resolução de Conflitos será composta por dois representantes das PARTES e por um Mediador", ambas sugerindo trata-se de mediação.

A Cláusula 41.5 estabelece, porém, que "O procedimento terá a característica de "Dispute Adjudication Board", vinculando as PARTES quanto ao decidido na Mesa de Resolução de Conflitos" e a Cláusula 41.6 informa que "na hipótese de sucumbência parcial de ambas as PARTES, as despesas decorrentes do procedimento arbitral serão rateadas conforme indicado na decisão".

Portanto, em diferentes previsões da Cláusula Quadragésima Primeira há sugestões de que o referido instituto seria uma mediação, um procedimento de dispute board e um procedimento arbitral. Sendo assim, solicitamos esclarecimento a respeito da natureza jurídica da "Mesa de Resolução de Conflitos".

Manifestação da Unidade Gestora: Os esclarecimentos ao Edital se destinam a esclarecer dúvidas objetivas dos interessados, não se aplicando a discussões sobre a natureza jurídica dos institutos utilizados.

41.4. A Cláusula 41.4 da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "não havendo consenso entre as PARTES na escolha do Mediador, tal será indicado nos termos do Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP."

Como essa é a única menção na "CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – MESA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS" de uma instituição de gestão de procedimentos de mediação e arbitragem, estamos entendendo que a denominada "Mesa de Resolução de Conflitos" será processada segundo as regras da CIESP/FIESP, naquilo que não conflitar com o disposto no Contrato de Concessão. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

C) MATRIZ DE RISCOS (ANEXO XIX)

R14. Estamos entendendo que, no item R14 do Anexo XIX (Matriz de Riscos), o termo “alteração significativa nas condições preestabelecidas para a prestação dos serviços” deve ser compreendido como quaisquer alterações legislativas ou regulatórias que imponham ônus não previstos à Concessionária. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O entendimento está correto e a Concessionária estará submetida ao procedimento de requisição da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previsto no Contrato.

R17. Estamos entendendo que, no item R17 do Anexo XIX (Matriz de Riscos), o termo “Privado” em “Utilização indevida dos bens disponibilizados pelo Parceiro Privado” deve ser lido como “Público”. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

Pode-se promover a alteração de "Privado" para "Público", bem como inserção da palavra "eventual" no texto, findando “Utilização indevida dos eventuais bens disponibilizados pelo Parceiro Público”

II. CONCLUSÃO

Ante o exposto, respondidos os questionamentos apresentados, dê-se ciência aos interessados, após divulgue-se esta resposta junto ao site www.supel.ro.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Atenciosamente.

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO
PRESIDENTE - CELHEURO/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Presidente**, em 19/05/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0038265263** e o código CRC **5AF464FD**.